



1ª ALTERAÇÃO AO

CONCURSO PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS AVISO N.º CENTRO 68-2020-83

EIXO PRIORITÁRIO 3 – DESENVOLVER O POTENCIAL HUMANO (APRENDER)

CURSOS TÉCNICOS SUPERIORES PROFISSIONAIS



1 - A Autoridade de Gestão decidiu proceder a alteração ao Aviso CENTRO-68-2020-83, nos pontos seguinte:

Onde estava:

4. Destinatários:

“Os destinatários dos cursos TeSP são jovens titulares de ensino secundário ou habilitação legalmente equivalente, que procuram uma formação de ensino superior de curta duração de nível pós-secundário e que respeitem as condições de acesso e ingresso estabelecidas, respetivamente, nos artigos 40.º-E e 40.º-F do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, na sua atual redação.

No âmbito do presente concurso não são elegíveis a financiamento do CENTRO 2020 os estudantes já detentores de um grau de qualificação académica do ensino superior (nível ISCED 5 a 6), uma vez que já contribuíram, por essa via, para o indicador de resultado da presente tipologia de intervenção e para as metas nacionais dos diplomados do ensino superior ou equivalente, previstas no Programa Nacional de Reformas, não relevando portanto uma segunda participação nesta oferta apoiada pelo CENTRO 2020.”

13. Prazos de apresentação de candidaturas

“A apresentação das candidaturas decorre entre o dia útil seguinte ao da publicação do presente aviso e as 17h59m59s do dia 4 de dezembro de 2020.”

Passa a estar:

4. Destinatários:

Os destinatários dos cursos TeSP são jovens titulares de ensino secundário ou habilitação legalmente equivalente, que procuram uma formação de ensino superior de curta duração de nível pós-secundário e que respeitem as condições de acesso e ingresso estabelecidas, respetivamente, nos artigos 40.º-E e 40.º-F do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, na sua atual redação.

13. Prazos de apresentação de candidaturas

A apresentação das candidaturas decorre entre o dia útil seguinte ao da publicação do presente aviso e as 17h59m59s do dia 18 de dezembro de 2020.

2 - Nestes termos, o Aviso CENTRO-68-2020-83 foi alterado conforme republicação seguinte.

Coimbra, 2 de dezembro de 2020

Isabel Damasceno

Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Centro



CONCURSO PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

AVISO N.º CENTRO 68-2020-83

EIXO PRIORITÁRIO 3 – DESENVOLVER O POTENCIAL HUMANO (APRENDER)

CURSOS TÉCNICOS SUPERIORES PROFISSIONAIS

Programa Operacional Regional do Centro		
Eixo Prioritário	3	Desenvolver o Potencial Humano
Objetivo Temático	10	Investir na educação, na formação, nomeadamente profissional, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida
Prioridade de Investimento	10ii	Melhoria da qualidade, da eficiência e do acesso ao ensino superior e equivalente, com vista a aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para pessoas desfavorecidas.
Objetivo Específico	10ii.1	Aumentar o número de alunos com formação superior, promovendo a formação superior profissional
Indicador de Realização	Estudantes apoiados nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais de nível ISCED 5	
Indicadores de Resultado	<ul style="list-style-type: none"> - Estudantes Certificados nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais ISCED 5 - Empregabilidade ou prosseguimento de estudos nos seis meses seguintes à conclusão dos cursos 	
Tipologia de Intervenção	68	Qualidade das ofertas e Igualdade no acesso ao ensino superior
Tipologia de Operação	297	Cursos Técnicos Superiores Profissionais (Cursos TESP)
Fundo Estrutural	Fundo Social Europeu (FSE)	
Período de Candidaturas	<p>Data de abertura Dia útil seguinte ao da publicação do presente aviso</p> <p>Data de termo 18 de dezembro de 2020, até às 17h59m59s</p>	

Índice

Índice 3

Preâmbulo	4
1. Objetivos e prioridades visadas	5
2. Tipologia de operação e modalidade de candidatura	5
3. Natureza dos beneficiários	6
4. Destinatários	6
5. Área geográfica de aplicação	6
6. Condições específicas de acesso deste Aviso	6
7. Dotação financeira e nível de cofinanciamento	7
8. Limite ao número de candidaturas	7
9. Forma e limites de apoio	7
10. Critério de Elegibilidade dos Beneficiários, da Operação e das Despesas	8
11. Duração máxima das operações a apoiar	9
12. Modalidades e procedimentos para apresentação das candidaturas	9
13. Prazos de apresentação de candidaturas	10
14. Procedimentos de análise, seleção e decisão das candidaturas	10
15. Documentação adicional	12
16. Aceitação da decisão e regime de financiamento	12
17. Identificação dos indicadores de resultado a alcançar	14
18. Entidade responsável pela avaliação do mérito e pela decisão de aprovação	17
19. Regras de informação e comunicação sobre o financiamento das operações	17
20. Consulta e Divulgação de informação resultados	17
21. Ponto de contacto	18
22. Outras disposições	18
Anexo A - Tabela de correspondência entre as áreas da Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação (CNAEF) e as prioridades da Estratégia Nacional de Especialização Inteligente (ENEI) e da Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI) ..	19
Anexo B - Plataformas de Inovação RIS 3 PO Regional do Centro	24
Anexo C - Critérios de seleção e metodologia de avaliação	27
Anexo D - Deliberação n.º 26/2018, de 18 de dezembro, da CIC Portugal 2020	29
Anexo E - Diagrama sobre os procedimentos de análise e decisão das candidaturas	30

Outros Anexos:

- Nota Metodológica Referencial Mérito(20-21)
- CENTRO-Form_criterio_parecer_DGES -C5 C7 C8 -2020
- Apoio Aviso TeSP (20-21) - C4 e C9
- Check-list_Igualdade de Oportunidades e da não discriminação
-



Preâmbulo

O presente aviso de abertura de concurso para apresentação de candidaturas (AAC) estabelece as condições de atribuição dos apoios a conceder no âmbito dos fundos europeus estruturais e de investimento (FEEI), através do Fundo Social Europeu (FSE), nos termos previstos nos n.ºs 1 e 6 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelos Decretos-Leis n.º 215/2015, de 6 de outubro, n.º 88/2018, de 6 de novembro, n.º 127/2019, de 29 de agosto, e n.º 10-L/2020, de 26 de março, conjugados com o artigo 5.º do Regulamento Específico do Capital Humano (RECH), publicado pela Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março, alterada pelas Portarias n.º 181-A/2015, de 19 de junho, n.º 190-A/2015, de 26 de junho, n.º 148/2016, de 23 de maio, n.º 311/2016, de 12 de dezembro, n.º 2/2018, de 2 de janeiro, n.º 159/2019, de 23 de maio, que a republica, e n.º 140/2020, de 15 de junho.

As operações a apoiar enquadram-se no Eixo Prioritário 3 - Desenvolver o Potencial Humano do CENTRO2020, incidindo o presente aviso nos cursos técnicos superiores profissionais (TeSP), a que se refere o Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, alterado pelos Decretos-Leis n.º 107/2008, de 25 de junho, n.º 230/2009, de 14 de setembro e alterado e republicado pelos Decretos-Leis n.º 115/2013, de 7 de agosto, n.º 63/2016, de 13 de setembro, n.º 65/2018, de 16 de agosto, que aprova o regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior, onde se inclui o diploma de técnico superior profissional e regulamentação dos respetivos cursos.

Os TeSP constituem-se como uma oferta educativa de natureza profissional, introduzida no âmbito do ensino superior, não conferente de grau académico, de nível ISCED 5, cuja conclusão com aproveitamento conduz à atribuição de um diploma de Técnico Superior Profissional. A oferta de formação deste nível terá uma forte inserção regional, materializada no seu processo de criação, na definição dos planos de estudos e na concretização da componente de formação em contexto de trabalho, bem como na interação obrigatória com as empresas e associações empresariais da região.

Neste contexto, pretende-se aprofundar esta interação entre as instituições formadoras e as empresas (ou agregados de empresas) para a realização de cursos TeSP que procurem responder a necessidades específicas de recursos humanos qualificados em determinados territórios, estimulando o envolvimento das empresas na concretização do curso, através da participação de quadros das empresas como formadores e do acolhimento dos alunos para estágios, contribuindo para uma elevada empregabilidade dos formandos e uma resposta adequada às necessidades do tecido empresarial.



Pretende-se também estimular novas metodologias de ensino (nomeadamente a metodologia Project Based Learning) que promovam a motivação e o sucesso educativo dos alunos, garantindo maiores níveis de conclusão dos cursos e, consequentemente, maior percentagem de alunos certificados, conforme é objetivo do Programa Operacional.

Estes apoios deverão estar alinhados com as prioridades, nacionais da Estratégia Nacional de Especialização Inteligente (ENEI) e regionais da Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI), bem como da Agenda Portugal Digital, com especial atenção para as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e promover a aquisição de competências técnicas e transversais que contribuam para a integração profissional dos diplomados, através da aproximação das ofertas formativas às necessidades do mercado de trabalho e da colaboração das Instituições de Ensino Superior (IES) com o tecido empresarial.

1. Objetivos e prioridades visadas

O objetivo dos TeSP é alargar e diversificar o espectro da oferta de ensino superior em Portugal e, por essa via, poder aumentar o número de pessoas com qualificações superiores, contribuindo, desta forma, para um aumento da competitividade nacional. Estes cursos atenderão às necessidades da economia e das regiões em que serão ministrados, e poderão igualmente atrair novos públicos para o ensino superior e, em particular, provindos das vias profissionais.

A prioridade de investimento visada é a 10 ii - Melhoria da qualidade, da eficiência e do acesso ao ensino superior e equivalente, com vista a aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para pessoas desfavorecidas, incluída no Objetivo Temático 10 - “Investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida”.

2. Tipologia de operação e modalidade de candidatura

O presente aviso diz respeito à Tipologia de Operações prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 21.º do RECH, na sua atual redação.

Estes Cursos Técnicos Superiores Profissionais (TeSP) deverão obrigatoriamente encontrar-se alinhados com as prioridades nacionais ou regionais da Estratégia de I&I para a Especialização Inteligente (ENEI e RIS3Centro2020).



A tabela do anexo A do presente AAC apresenta uma correspondência prévia entre as Classificação Nacional das áreas de educação e formação (CNAEF) dos cursos TeSP e as prioridades nacionais da ENEI, bem como aqueles com relevância elevada para a RIS3 Centro2020, que são financiados pelo Programa Operacional Regional, nos termos do presente Aviso de Abertura de Concurso (AAC) para esta tipologia de operação, a qual não dispensa a apresentação de fundamento da efetiva ligação em sede de candidatura.

O financiamento dos cursos TeSP assumirá a modalidade de concurso.

3. Natureza dos beneficiários

Instituições de ensino superior politécnico público, bem como as unidades orgânicas do ensino superior politécnico integradas em instituições de ensino superior universitário público.

No caso de serem unidades orgânicas do ensino superior politécnico integradas em instituições de ensino superior universitário sem autonomia financeira, a entidade proponente é a respetiva instituição de ensino superior, sendo a unidade orgânica referida a entidade formadora.

4. Destinatários

Os destinatários dos cursos TeSP são jovens titulares de ensino secundário ou habilitação legalmente equivalente, que procuram uma formação de ensino superior de curta duração de nível pós-secundário e que respeitem as condições de acesso e ingresso estabelecidas, respetivamente, nos artigos 40.º-E e 40.º-F do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, na sua atual redação.

5. Área geográfica de aplicação

O presente Aviso de concurso tem aplicação na região NUTS II do Centro.

A elegibilidade é determinada pelo local onde se realiza a formação, nos termos da alínea b) do artigo 20.º do RECH.

6. Condições específicas de acesso deste Aviso

Para além dos critérios específicos de elegibilidade do beneficiário, previstos nos artigos 13.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, os projetos a apoiar no presente Aviso de concurso têm necessariamente de demonstrar o alinhamento com as prioridades



nacionais ou regionais da Estratégia de I&I para a Especialização Inteligente (ENI e RIS3 Centro2020).

A tabela do anexo A do presente AAC apresenta uma correspondência prévia entre as áreas de educação e formação dos cursos TeSP e as áreas prioritárias ENI e RIS3 consideradas, no âmbito do presente Aviso, como fortemente prioritárias no âmbito do Centro2020.

O enquadramento na estratégia regional de especialização inteligente (RIS3), cujas plataformas de inovação se indicam no Anexo B, será tido em conta para efeitos do apuramento do mérito da operação.

7. Dotação financeira e nível de cofinanciamento

7.1 Dotação indicativa

A dotação indicativa de Fundo Social Europeu (FSE), a alocar ao presente aviso é de **10.000.000€** (dez milhões de euros).

7.2 Taxa de cofinanciamento

Conforme estabelecido no artigo 3.º do RECH, a taxa de cofinanciamento é de 85% de contribuição europeia mobilizada através do FSE, a incidir sobre o montante da despesa elegível, após dedução das receitas, sendo os restantes 15% assegurados a título de contribuição pública nacional (CPN), assegurada pela entidade beneficiária quando se trate de entidades previstas no n.º 3 do referido artigo.

8. Limite ao número de candidaturas

Ao abrigo do presente Aviso de concurso cada entidade candidata apenas poderá apresentar uma candidatura.

9. Forma e limites de apoio

9.1 - Regime de financiamento

A forma de apoio a atribuir às candidaturas a aprovar no âmbito do presente aviso reveste a natureza de subvenção não reembolsável, financiada em regime de custos simplificados, na modalidade de tabela normalizada de custos unitários, nos termos previstos, respetivamente, na alínea c) do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

O custo total elegível é calculado com base no custo unitário de 5.266€ por aluno e para a totalidade do ciclo educativo. As regras de elegibilidade encontram-se definidas em documento metodológico constante do Anexo D.

10. Critério de Elegibilidade dos Beneficiários, da Operação e das Despesas

- **10.1 - Elegibilidade do beneficiário:**

O beneficiário deve enquadrar-se nas categorias previstas na alínea b) do artigo 23.º do RECH, (nos termos do Ponto 3 do presente AAC) e assegurar o cumprimento dos critérios estabelecidos no disposto nos artigos 13.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, e ainda declarar a não existência de salários em atraso, conforme a alínea l) do n.º 1 do artigo 17.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, alterada pelas Portarias n.º 242/2015, de 13 de agosto, n.º 122/2016, de 4 de maio, n.º 129/2017, de 5 de abril, n.º 19/2018, de 17 de janeiro, n.º 175/2018, de 19 de junho, n.º 382/2019, de 23 de outubro e n.º 127/2020, de 26 de maio.

- **10.2 - Elegibilidade da operação:**

São elegíveis, para efeitos de financiamento, nos termos do n.º 2 do artigo 21.º do RECH, os cursos Técnicos Superiores Profissionais (TESP) quando alinhados com as prioridades nacionais e regionais da Estratégia de Especialização Inteligente, nas operações localizadas na Região Centro, nos termos das condições específicas de acesso indicadas no ponto 6 e em função da articulação entre as áreas de educação e formação (CNAEF) dos cursos propostos na candidatura e as prioridades estabelecidas nesse âmbito, conforme tabela do anexo A.

Poderão ser apoiados, a título excecional, cursos TeSP em áreas CNAEF sem correspondência prévia com a EREI/RIS3, nos termos da referida tabela, desde que devidamente fundamentado pelo candidato, em documento *upload* à candidatura, demonstrando o alinhamento dos mesmos com a EREI/RIS3, procedendo-se à análise da sua elegibilidade em função dessa fundamentação.

A comprovação do cumprimento dos requisitos de elegibilidade das operações relativa ao alinhamento com a ENEI e a EREI tem de ser assegurada pela entidade beneficiária no momento da apresentação da candidatura.

- **10.3 - Elegibilidade das ações a financiar:**

Os TeSP propostos a financiamento têm de cumprir o número de máximo de estudantes a admitir em cada ano letivo, bem como o número máximo total de estudantes inscritos em simultâneo,



conforme estabelecido no respetivo registo do curso ou despacho de deferimento do registo. Poderá ser aceite um número distinto do previsto no correspondente registo se devidamente autorizado pela entidade Direção-Geral do Ensino Superior (DGES), enquanto entidade com competências de regulação da oferta formativa, desde que demonstrada a existência de procura e das condições para ministrar os cursos.

Nos termos do n.º 1 do artigo 10.º da Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, na sua atual redação, o período de elegibilidade das despesas está compreendido entre os 60 dias úteis anteriores à data de apresentação da candidatura e os 45 dias úteis subsequentes à data de conclusão da operação que constituem a data limite para a apresentação do saldo final, em conformidade com a alínea d) do n.º 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

No âmbito do presente aviso de abertura de concurso são elegíveis, apenas, as turmas a iniciar no ano letivo 2020/2021, até à conclusão da formação.

11. Duração máxima das operações a apoiar

As operações a apoiar ao abrigo do presente aviso devem ter a duração máxima de 30 meses, devendo os cursos abrangidos ter terminado até esse prazo.

12. Modalidades e procedimentos para apresentação das candidaturas

A apresentação de candidaturas é efetuada através da submissão de formulário eletrónico no Balcão do Portugal 2020 (<https://www.portugal2020.pt/Balcao2020/>), doravante designado por Balcão 2020, devendo ser instruídas de acordo com as disposições previstas no Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, e nos termos definidos no presente aviso.

As entidades beneficiárias devem efetuar previamente a sua credenciação junto do Balcão 2020. Com essa autenticação é criada uma área reservada ao beneficiário, que inclui um conjunto de funcionalidades, independentemente da natureza das operações, a região ou o Programa Operacional a que pretende candidatar-se.

Nessa área reservada pode já constar um conjunto de dados relativo à caracterização da entidade beneficiária, que devem ser confirmados e completados, servindo de suporte às candidaturas a apresentar ao Portugal 2020.



Alerta-se para a importância de se identificar corretamente as entidades formadoras associadas a cada curso, isto é, as instituições de ensino ou unidades orgânicas autorizadas a ministrar os cursos, tal como identificadas nos respetivos despachos de autorização.

Recomenda-se que os beneficiários evitem a submissão tardia das candidaturas, nomeadamente no último ou nos últimos dias do prazo.

13. Prazos de apresentação de candidaturas

A apresentação das candidaturas decorre entre o dia útil seguinte ao da publicação do presente aviso e as 17h59m59s do dia 18 de dezembro de 2020.

14. Procedimentos de análise, seleção e decisão das candidaturas

Havendo lugar a concorrência na concretização e no financiamento das operações, estas são avaliadas com base no seu mérito absoluto (MO) e relativo, o último dos quais resulta da comparação do mérito da operação avaliada com o mérito das demais operações candidatas na mesma fase de decisão, com hierarquização final das candidaturas avaliadas, tendo em conta a dotação indicativa prevista no número 7.1 do presente aviso.

O mérito absoluto da operação é determinado pela soma ponderada das pontuações parcelares de cada categoria. A pontuação atribuída a cada categoria é determinada pela soma ponderada das pontuações parcelares de cada critério de seleção conforme Anexo C do presente AAC e que se traduz na seguinte fórmula:

$$MO = C1*10\% + C2*15\% + C3*15\% + C4*10\% + C5*10\% + C6*20\% + C7*5\% + C8*10\% + C9*5\%$$

Neste âmbito, determina-se que os projetos que reúnam a classificação final inferior a 3 pontos não serão objeto de financiamento, bem como os projetos acima desse valor para os quais não haja dotação orçamental nos termos do n.º 6 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

O processo de decisão das candidaturas integra três fases:

- i) **Análise de admissibilidade** através da verificação das condições de elegibilidade dos beneficiários, nos termos dos artigos 13.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de



outubro, na sua atual redação, e dos critérios de elegibilidade definidos para a operação, definidos pela autoridade de gestão, em conformidade com o definido no presente AAC;

- ii) **Avaliação do mérito** do projeto, com base na metodologia e nos critérios de seleção aprovados pelo Comité de Acompanhamento do CENTRO 2020 e consubstanciados na respetiva grelha de análise, constantes do anexo C. No caso dos (sub)critérios com ausência de histórico, a distribuição da pontuação desse critério será distribuída pelos restantes;
- iii) **Decisão** sobre o financiamento dos projetos em conformidade com as regras de elegibilidade definidas e tendo em conta as disponibilidades financeiras.

No âmbito do processo de análise das candidaturas é emitido um parecer por parte da Direção-Geral do Ensino Superior, atendendo às suas competências no âmbito da regulação da oferta formativa em que se traduz esta tipologia de operação, nos termos do estabelecido no Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro, na sua redação atual, que apoiará à aplicação dos critérios de seleção aprovados pelo Comité de Acompanhamento do CENTRO 2020.

A decisão fundamentada sobre as candidaturas é proferida pela autoridade de gestão do Centro2020, no prazo de 60 dias úteis, a contar da data de encerramento do concurso, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, e de acordo com os demais prazos e procedimentos definidos no esquema constante do anexo E.

O prazo referido suspende-se em 10 dias úteis, quando sejam solicitados aos beneficiários quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, o que só pode ocorrer por uma vez.

Concluído este prazo, se não forem prestados os esclarecimentos requeridos, salvo motivo justificável, não imputável ao beneficiário e aceite pela autoridade de gestão, a candidatura prossegue com os dados disponíveis, podendo determinar o seu indeferimento, quando os elementos em falta sejam determinantes para uma decisão favorável.

Para efeito de desempate das candidaturas será ponderada, nos termos do n.º 3 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, a maior representatividade de mulheres nos órgãos de direção, de administração e de gestão e a maior igualdade salarial entre mulheres e homens que desempenham as mesmas ou idênticas funções, na entidade candidata, sempre que, por limitações de dotação financeira disponível, não seja possível aprovar a totalidade dos projetos que reúnam a pontuação mínima considerada necessária no âmbito do concurso.

15. Documentação adicional

A candidatura deve contemplar os seguintes documentos adicionais, a anexar ao formulário de candidatura, concretamente no ecrã “documentos”:

- a) Na linha designada “documentos necessários para o apuramento do mérito da operação”, deverá a entidade fornecer, em *upload*, o modelo de ficheiro de memória descritiva da operação, com a seguinte informação:
- Fundamento do alinhamento dos cursos com as prioridades nacionais ou regionais da Estratégia de I&I para a Especialização Inteligente (ENEI e RIS3 Centro2020).
 - Evidências de envolvimento de empresas ou associações empresariais ou outras entidades relacionadas com a(s) área(s) de formação do(s) curso(s), na organização e desenvolvimento do curso e na promoção do emprego dos diplomados e/ou no prosseguimento de estudos, de forma sistemática e estruturada no tempo;
 - Evidências da existência de mecanismos de acompanhamento durante e após a conclusão da formação, tendo em vista a empregabilidade e/ou o prosseguimento de estudos, bem como a implementação de medidas de apoio ao auto-emprego e empreendedorismo;
 - Evidências da existência de um sistema interno de garantia da qualidade da instituição de ensino superior, de forma sistemática e estruturada no tempo;
 - Formulário do corpo docente remetido pelas entidades beneficiárias à DGES para efeitos de registo do curso (formulário L) do processo de registo dos cursos, com os respetivos anexos (currículos). Este documento é apenas necessário caso existam alterações aos dados fornecidos no processo de registo;
 - Documento demonstrativo do cumprimento do subcritério 7.2 da grelha de análise de candidaturas (preferencialmente em formato PDF - máximo 1 página);
 - Evidência do cumprimento dos requisitos previstos em sede de candidatura para a prossecução, respetivamente, da igualdade de oportunidades e da igualdade de género, incluindo informação sobre a representatividade de mulheres nos órgãos de direção, de administração e de gestão e sobre a igualdade salarial entre mulheres e homens que desempenham as mesmas ou idênticas funções, na entidade candidata.
- b) Na linha designada “documentos obrigatórios constante do aviso” anexar o documento comprovativo do registo dos TeSP.

16. Aceitação da decisão e regime de financiamento

A aceitação da decisão de aprovação da candidatura pelo beneficiário confere-lhe o direito a receber o financiamento para a realização das respetivas operações, nos termos do disposto nos números 6 e 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.



O beneficiário tem direito a receber um adiantamento no valor correspondente a 15% do montante do financiamento aprovado para a operação, conforme [Deliberação n.º 26/2018, de 18 de dezembro, da CIC Portugal 2020](#), a qual consta do Anexo D, que aprova a metodologia de financiamento, o qual é processado quando se cumpram, cumulativamente, as seguintes condições:

- a) Submissão eletrónica, no Balcão 2020, do termo de aceitação da decisão de aprovação, devidamente formalizado nos termos legais;
 - b) Verificação da situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social;
 - c) Verificação da situação regularizada em matérias de restituição no âmbito dos financiamentos dos FEEI - Fundos Europeus Estruturais e de Investimento;
 - d) Comunicação do início da operação.
- São definidos quatro momentos de apresentação de pedidos de pagamento, incluindo o pedido de saldo final:
- a) 31/12 do ano n - 45% do valor apurado em função do número de alunos que iniciam o 1.º semestre
 - b) 30/06 do ano n+1 - 30% do valor apurado em função do número de alunos que iniciam o 2.º semestre
 - c) 31/12 do ano n+1 - 20% do valor apurado em função do número de alunos que iniciam o 3.º semestre
 - d) Após conclusão da operação - 5% do valor apurado em função do número de alunos que iniciam o 4.º semestre

Considera-se o ano n, o ano de início da operação.

Os pedidos de alteração à decisão de aprovação são igualmente formalizados na plataforma eletrónica do sistema de informação.

Se o beneficiário não for notificado da decisão no prazo máximo de 30 dias úteis, o pedido de alteração considera-se tacitamente deferido, excetuando-se as situações que determinem alterações ao plano financeiro aprovado, as quais exigem decisão expressa a ser proferida no prazo de 60 dias úteis, sem prejuízo do previsto nos números 7 e 8 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

O beneficiário fica obrigado a submeter eletronicamente, até 15 de fevereiro de cada ano, a informação anual da execução física e financeira, reportada a 31 de dezembro do ano anterior, ao



abrigo do disposto na alínea b) do n.º 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

A decisão dos pedidos de reembolso é emitida no prazo de 30 dias úteis, a contar da data de receção do pedido, o qual se suspende quando a autoridade de gestão solicite, por uma única vez, cópias dos documentos originais, outros documentos ou esclarecimentos adicionais relativos ao pedido de reembolso em análise.

O beneficiário tem direito ao reembolso das despesas, desde que a soma do adiantamento e dos pagamentos intermédios de reembolso não exceda os 85% do montante total aprovado.

O pedido de pagamento de saldo final deve ser apresentado em formulário próprio, na plataforma eletrónica do sistema de informação, no prazo de 45 dias úteis, a contar da data da conclusão da candidatura, referente ao período que medeia entre o último pedido de reembolso apresentado e o pedido de pagamento de saldo.

Em sede de análise dos pedidos de pagamento de reembolso e saldo é avaliada a elegibilidade e conformidade da execução apresentada pelo beneficiário, podendo em saldo final ser revisto o custo total aprovado em candidatura, em função do grau de execução da operação, bem como dos resultados contratualizados.

A decisão do pedido de pagamento de saldo é emitida no prazo de 45 dias úteis, a contar da data de receção do pedido, o qual se suspende quando a autoridade de gestão solicite, por uma única vez, cópias dos documentos originais, outros documentos ou esclarecimentos adicionais relativos ao pedido de saldo.

O pagamento da subvenção poderá ser ajustado, em sede de análise ou reanálise do saldo final, em função do nível de cumprimento dos resultados contratualizados em candidatura, nos termos descritivos no ponto seguinte do AAC.

17. Identificação dos indicadores de resultado a alcançar

17.1 Nos termos do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, o grau de cumprimento dos resultados acordados no âmbito de uma candidatura releva como critério de determinação do montante de apoio financeiro a conceder, na operação em causa e no momento do pagamento do saldo final, bem como fator de ponderação no procedimento de seleção de candidaturas subsequentes dos mesmos beneficiários, independentemente dos fundos e das tipologias das operações.

Nos termos do artigo 26.º da Portaria nº 60-C/2015, de 2 de março, conjugado com o artigo 18.º da Portaria nº 60-A/2015, de 2 de março, ambos na sua atual redação, devem ser contratualizados com os beneficiários, em sede de decisão de aprovação da candidatura, os resultados a atingir no âmbito da operação apoiada.

Assim, o beneficiário tem de apresentar na sua candidatura os resultados a contratualizar com a autoridade de gestão, que servem de ponderadores na aferição da relevância da operação.

Em caso de aprovação da candidatura, as entidades beneficiárias ficam obrigadas a recolher e sistematizar toda a informação necessária ao apuramento dos Indicadores Comuns para os apoios do FSE definidos no Anexo I do Regulamento (UE) nº 1304/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, alterado pelo Regulamento (UE, Euratom) nº 2018/1046 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de julho de 2018, colaborando com a Autoridade de Gestão (AG) na sua quantificação e no reporte à Comissão Europeia.

Cada entidade beneficiária deverá dotar-se dos mecanismos adequados para poder comprovar, no encerramento da operação, designadamente em sede de saldo final e 6 meses após a conclusão da mesma, o alcance das metas previamente contratualizadas com a AG.

17.2 A realização e os resultados a contratualizar, com referência aos indicadores e às metas definidos para o CENTRO 2020 (valores-alvo 2023), são os descritos no quadro seguinte

TIPO DE INDICADOR	Indicadores	Unidade de Medida	Meta
REALIZAÇÃO	Estudantes apoiados nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais de nível ISCED 5, na operação	N.º	a indicar pelo beneficiário ⁽¹⁾
RESULTADO	Estudantes Certificados nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais ISCED 5 ⁽²⁾ , na operação	%	>= 60
	Empregabilidade ou prosseguimento de estudos nos 6 meses seguintes à conclusão do cursos. ⁽³⁾		>= 50

(1) Indicador/meta de realização apurada em sede de candidatura com base nos estudantes a abranger. Metodologia de cálculo: somatório de todos os estudantes que frequentam cursos TeSP, iniciados no ano letivo 2020/2021.

(2) Metodologia de cálculo: (Nº de estudantes que terminaram o curso com sucesso nos anos previstos para o curso tendo iniciado no ano letivo 2020/2021 / Nº de estudantes apoiados que frequentam cursos TeSP iniciados no ano letivo 2020/2021)*100. Nas situações em que a desistência dos estudantes decorra de fatores não imputáveis às escolas (designadamente por morte ou doença prolongada do estudante), desde que devidamente comprovados documentalmente, não haverá a penalizações para a entidade beneficiária.

(3) Metodologia de cálculo: Aplicável apenas aos alunos que frequentam cursos TeSP iniciados no ano letivo de 2020/2021 e que terminaram o curso com sucesso. O indicador é calculado da seguinte forma: (N.º de pessoas apoiadas que estão empregadas ou prosseguiram estudos nos seis meses seguintes ao fim do respetivo curso TeSP iniciado no ano letivo 2020/2021 / n.º de pessoas que terminaram o curso TeSP com sucesso, tendo os cursos TeSP iniciado no ano letivo 2020/2021)* 100.

17.3 O grau de concretização dos indicadores contratualizados é tido em consideração para efeitos de redução ou revogação do financiamento das candidaturas aprovadas, de apuramento do valor a pagar em sede de saldo final da operação e ainda para o processo de avaliação de candidaturas subsequentes do mesmo beneficiário, nos termos articulados da alínea b) do n.º 2 e dos números 3 e 4 do artigo 26.º do RECH. Estes princípios são aplicados do seguinte modo:

- i) por cada ponto percentual de desvio negativo da média dos valores contratualizados no indicador de realização e no indicador de resultado “Estudantes Certificados nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais de nível ISCED 5 ou que prosseguiram estudos no ensino superior”, procede-se a uma redução de meio ponto percentual sobre a despesa total elegível, até ao limite máximo de redução de 10 % dessa despesa;
- ii) a penalização prevista no ponto anterior não será aplicável quando a média dos valores no indicador de realização e no indicador de resultado “Estudantes Certificados nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais de nível ISCED 5 ou que prosseguiram estudos no ensino superior” atinja pelo menos 85 % do que foi contratualizado, ou pelo menos 75 % quando se trate de operações que decorram em territórios de baixa densidade;

17.4 O disposto no número anterior será aplicado em sede de saldo com base nos dados disponibilizados pelas entidades beneficiárias, no que respeita aos dois primeiros indicadores. Uma vez decorrido o período de 6 meses após a conclusão da operação e quando estiverem disponíveis os valores do indicador “Empregabilidade ou prosseguimento de estudos nos seis meses seguintes à conclusão dos cursos”, o grau de concretização dos indicadores contratualizados será reanalisado, agora à luz da média dos três indicadores, podendo implicar a reabertura do saldo final.

17.5. A operação é revogada - salvo pedido de revisão pelo beneficiário aceite pela AG, com adequada fundamentação e quando sejam invocadas circunstâncias supervenientes, imprevisíveis à data de decisão de aprovação, incontornáveis e não imputáveis ao beneficiário, desde que a operação continue a garantir as condições de seleção do respetivo concurso - se o nível de execução for inferior a 50 % da média dos valores contratualizados do indicador de realização e do indicador de resultado “Estudantes Certificados nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais de nível ISCED 5 ou que prosseguiram estudos no ensino superior”.



18. Entidade responsável pela avaliação do mérito e pela decisão de aprovação

A análise do mérito da operação e a decisão da aprovação é da responsabilidade da Autoridade de Gestão do Centro 2020, sem prejuízo de um parecer por parte da DGES, atendendo às suas competências no âmbito da regulação da oferta formativa apoiada através desta tipologia de operação, nos termos do estabelecido no Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua redação atual, que apoiará à aplicação dos critérios de seleção aprovados pelo Comité de Acompanhamento do CENTRO 2020.

No âmbito do disposto no n.º 2 do artigo 35.º da Constituição da República Portuguesa, conjugado com o disposto na Lei n.º 67/98, de 26 de outubro (Lei da Proteção Dados Pessoais), as entidades com candidaturas submetidas no âmbito do presente Aviso autorizam, para efeitos de análise técnica da candidatura, a transmissão à DGES dos elementos que compõem a candidatura.

19. Regras de informação e comunicação sobre o financiamento das operações

Todas as ações de informação e comunicação, bem como qualquer produto desenvolvido ou documento relacionado com a operação apoiada devem reconhecer o apoio por fundos europeus, apresentando obrigatoriamente os logótipos do CENTRO 2020, do PORTUGAL 2020 e da União Europeia, com referência ao Fundo Social Europeu (por extenso), de acordo com os respetivos manuais de normas gráficas, disponíveis para consulta e download no Sítio do PO <http://www.centro.portugal2020.pt/>

As entidades com operações aprovadas deverão ainda promover, sessões de esclarecimento e informação aos destinatários finais sobre os objetivos e apoios concedidos pelo FSE no quadro do Programa.

20. Consulta e Divulgação de informação resultados

No portal Portugal 2020 (<https://www.portugal2020.pt/Portal2020>) e sítio do CENTRO 2020 (<http://www.centro.portugal2020.pt/>) os candidatos, têm acesso:

- a) A outras peças e informações relevantes, nomeadamente legislação enquadradora;
- b) Suporte técnico e ajuda ao esclarecimento de dúvidas no período em que decorre o concurso;
- c) A pontos de contato para obter informações adicionais;
- d) Aos resultados deste concurso.



e) Manual de Normas Gráficas do Centro2020

No sítio do Centro2020 serão também divulgados os resultados do presente concurso.

21. Ponto de contacto

Sem prejuízo da obtenção de informação adicional através do portal do Portugal 2020 <https://www.portugal2020.pt/Portal2020>, pedidos de informação ou esclarecimento podem ainda ser dirigidos a:

Programa Operacional Regional do Centro 2020

R. Bernardim Ribeiro, 80

3000-069 Coimbra

Telefone: +351 239 400 100

Correio eletrónico: centro2020@ccdr.pt

22. Outras disposições

Ao presente Aviso aplica-se, de forma subsidiária, o disposto nos Decretos-Leis n.º 137/2014, de 12 de setembro, e n.º 159/2014, de 27 de outubro, ambos na sua atual redação, as Portarias n.º 60-A/2015 e n.º 60-C/2015, ambas de 2 de março e na sua atual redação, e nos Regulamentos (UE) n.º 1303/2013 e n.º 1304/2013, ambos do Parlamento Europeu e do Conselho e de 17 de dezembro e na sua atual redação e no Decreto-Lei n.º 74/2006, de 13 de setembro, na redação dada pelos Decretos-Leis n.º 107/2008, de 25 de junho, n.º 230/2009, de 14 de setembro, e alterado e republicado pelos Decretos-Leis n.º 115/2013, de 7 de agosto, n.º 63/2016, de 13 de setembro, e n.º 65/2018, de 16 de agosto.

Coimbra, 02 de dezembro de 2020

A Presidente da Comissão Diretiva do
Programa Operacional Regional do Centro

Isabel Damasceno

Anexo A - Tabela de correspondência entre as áreas da Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação (CNAEF) e as prioridades da Estratégia Nacional de Especialização Inteligente (ENEI) e da Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI)

Cod. CNAEF	Área de educação e formação da CNAEF	ENEI	EREI
140	Formação de professores/formadores e ciências da educação		
142	Ciências da educação		
143	Formação de educadores de infância		
144	Formação de professores do ensino básico (1.º e 2.º ciclos)		
145	Formação de professores de áreas disciplinares específicas		
146	Formação de professores e formadores de áreas tecnológicas	1.2	
149	Formação de professores/formadores e ciências da educação - programas não classificados noutra área de formação		
210	Artes	5.3	
211	Belas-artes	1.2; 5.3	
212	Artes do espetáculo	5.3	
213	Audiovisuais e produção dos media	1.2; 5.3	P4; TICE
214	Design	2.1; 3.1, 5.3; 1.2	P1; P4; Mat
215	Artesanato	5.3	A, F; T; P2; P4
220	Humanidades		
221	Religião e teologia		
222	Línguas e literaturas estrangeiras		
223	Língua e literatura materna		
225	História e arqueologia		
226	Filosofia e ética		
310	Ciências sociais e do comportamento		
311	Psicologia	5.1	
312	Sociologia e outros estudos		
313	Ciência política e cidadania		
314	Economia	1.1; 2.1; 2.2; 3.1; 3.2; 4.1; 4.2; 4.3; 4.4; 5.1; 5.2; 5.3; 5.4	

Cod. CNAEF	Área de educação e formação da CNAEF	ENEI	EREI
320	Informação e jornalismo		
321	Jornalismo e reportagem		
322	Biblioteconomia, arquivo e documentação		
329	Informação e jornalismo - programas não classificados noutra área de formação		
340	Ciências empresariais	3.2; 4.1; 4.2; 5.2; 5.3	
341	Comércio	3.2; 4.1; 1.2;	
342	Marketing e publicidade	1.2; 4.1; 5.2	P4
343	Finanças, banca e seguros		
344	Contabilidade e fiscalidade		
345	Gestão e administração	1.2; 3.2; 5.2	P1; P2; P3; P4; TICE
346	Secretariado e trabalho administrativo		
347	Enquadramento na organização/empresa		A, M, S, B, P1, P2, P3, P4
349	Ciências empresariais - progr. não class. noutra área de formação	3.2; 4.1; 4.2; 5.2; 5.3; 1.2	
380	Direito		
420	Ciências da vida	4.1	
421	Biologia e bioquímica	1.3; 4.1; 4.2; 4.3; 4.4	P2; P4; A; F; M; S; B
422	Ciências do ambiente	4.1; 4.2; 4.3; 4.4	P1; P2; P3; A; F; M; S; B
429	Ciências da vida - progr. não class. noutra área de formação	4.1	
440	Ciências físicas	2.1; 2.2; 4.2; 4.3; 5.1	
441	Física	2.1; 2.2; 4.3; 4.4; 5.1	
442	Química	2.1; 2.2; 4.1; 4.4	Mat; S; B
443	Ciências da terra	3.1; 4.2; 4.3; 4.4	
460	Matemática e estatística		
461	Matemática		
462	Estatística		
480	Informática	1.2	
481	Ciências informáticas	1.2	TICE
482	Informática na ótica do utilizador	1.2	
489	Informática - programas não classificados noutra área de formação	1.2	

Cod. CNAEF	Área de educação e formação da CNAEF	ENEI	EREI
520	Engenharia e técnicas afins	1.1; 1.3; 2.1; 2.2; 3.1; 4.3; 4.4	P1; P4; TICE
521	Metalurgia e metalomecânica	2.1; 2.2; 3.1	P1;Mat
522	Eletricidade e energia	1.1; 3.1; 4.2; 4.3	P2;TICE
523	Eletrónica e automação	2.1; 2.2; 3.1; 4.3	P1; P3; TICE
524	Tecnologia dos processos químicos	2.1; 2.2; 4.1; 4.4	P1;Mat
525	Construção e reparação de veículos a motor	3.1	P1;Mat
529	Eng. e técnicas afins - progr. não classificados noutra área de formação	1.1; 1.3; 2.1; 2.2; 3.1; 4.3; 4.4	P1;P4
540	Indústrias transformadoras	1.3; 2.1; 2.2	
541	Indústrias alimentares	2.1; 2.2; 4.1	P1; P2; P3; P4;A;M;S;B
542	Indústrias do têxtil, vestuário, calçado e couro	1.3; 2.1; 2.2	P1; P2;Mat
543	Materiais (ind. da madeira, cortiça, papel, plástico, vidro e outros)	1.3; 2.1; 2.2	P1;F;Mat
544	Indústrias extrativas	1.3; 2.1; 2.2	
549	Ind. transformadoras - progr. não class. noutra área de formação	1.3; 2.1; 2.2; 5.3	
580	Arquitetura e construção	5.4	
581	Arquitetura e urbanismo	5.4	P1; P2; P4; Mat
582	Construção civil e engenharia civil	1.1; 1.3; 5.4	P1; P2; P4; Mat
620	Agricultura, silvicultura e pescas	4.1; 4.2; 4.3; 4.4	
621	Produção agrícola e animal	4.1; 4.3	P1; P2; P3; P4;A;B
622	Floricultura e jardinagem		
623	Silvicultura e caça	4.1	P2;F;B
624	Pescas	4.1	P1; P2;M;B
640	Ciências veterinárias	4.1	P2; A
720	Saúde	5.1; 5.2	
721	Medicina	5.1	
723	Enfermagem	5.1	
724	Ciências dentárias	5.1	
725	Tecnologias de diagnóstico e terapêutica	5.1	
726	Terapia e reabilitação	5.1; 5.2	
727	Ciências farmacêuticas	5.1	

Cod. CNAEF	Área de educação e formação da CNAEF	ENEI	EREI
729	Saúde - programas não classificados noutra área de formação	5.1; 5.2	
760	Serviços sociais		
761	Serviços de apoio a crianças e jovens		
762	Trabalho social e orientação		
810	Serviços pessoais	5.2	
811	Hotelaria e restauração	5.2	P3; P4;T;S;B
812	Turismo e lazer	5.2	P3; P4;M;S
813	Desporto		P3; M; S
814	Serviços domésticos		
815	Cuidados de beleza		
819	Serviços pessoais - progr. não classificados noutra área de formação	5.2	
840	Serviços de transporte	3.2	
850	Proteção do ambiente	4.4	
851	Tecnologia de proteção do ambiente	4.4	P1; P2; P3; P5;S;F;Mat;T ICE
852	Ambientes naturais e vida selvagem	4.2; 4.3; 4.4	
853	Serviços de saúde pública		
860	Serviços de segurança		
861	Proteção de pessoas e bens	3.2	
862	Segurança e higiene no trabalho		
863	Segurança militar	1.2	

Eixo temático	Áreas prioritárias ENEI
1. Tecnologias Transversais e suas aplicações	1.1. Energia
	1.2. Tecnologias de Informação e Comunicação
	1.3. Matérias-primas e Materiais
2. Indústrias e Tecnologias de produção	2.1. Tecnologias de Produção e Indústrias de produto
	2.2. Tecnologias de Produção e Indústrias de processo
3. Mobilidade, espaço e logística	3.1. Automóvel, Aeronáutica e Espaço
	3.2. Transportes, Mobilidade e Logística
4. Recursos naturais e ambiente	4.1. Agro-alimentar
	4.2. Floresta
	4.3. Economia do Mar
	4.4. Água e Ambiente
5. Saúde, bem-estar e território	5.1. Saúde
	5.2. Turismo
	5.3. Indústrias Culturais e Criativas
	5.4. Habitat

Domínios temáticos RIS3 do Centro

A — Agroindústria

F — Floresta

T — Turismo

M — Mar

Mat — Materiais

TICE — Tecn inform, com e eletrónica

S — Saúde e bem-estar

B — Biotecnologia

Plataformas de Inovação RIS3 do Centro

P1 — Soluções industriais sustentáveis	P3 — Tecnologias para a qualidade de vida
P2 — Valorização dos recursos endógenos	P4 — Inovação territorial

RIS 3 Disponível em:

<http://ris3.ccdrc.pt/>

Anexo B - Plataformas de Inovação RIS 3 PO Regional do Centro

Plataformas de Inovação	Linhas de ação
1. Soluções industriais sustentáveis	1.a) Desenvolvimento de processos, materiais e sistemas sustentáveis de maior valor acrescentado para a Região Centro Promoção de projetos que envolvam o desenvolvimento de processos, materiais, produtos ou sistemas sustentáveis e inovadores com maior valor acrescentado para a indústria e a região
	1.b) Uso eficiente de recursos e redução do impacto ambiental nos processos produtivos Promoção de projetos que conduzam a um uso eficiente de recursos (energia, água e materiais), incluindo a descarbonização e a redução de outros impactos, bem como a valorização de recursos minerais da região
	1.c) Modernização industrial por via da Economia Circular Promoção de projetos que apostem nos princípios da economia circular para a transformação e a modernização dos diversos setores industriais da região, conferindo-lhes maior valor acrescentado e maior competitividade global Fomento de projetos que usem a avaliação da sustentabilidade de processos, produtos e sistemas como ferramenta de eco-inovação Valorização de resíduos nos processos, produtos e sistemas em simbiose industrial através da reciclagem, reutilização e valorização de resíduos e subprodutos como matérias-primas secundárias
	1.d) Modernização industrial por via da “Produção centrada no ser humano” Promoção de projetos que contribuam para a mudança de sistemas de produção industrial, de acordo com o conceito de valorização do ser humano nas fábricas do futuro, agregando os conceitos da desmaterialização dos processos (Indústria 4.0) e relevando as tarefas mais nobres e de maior valor acrescentado para o ser humano na produção e nos serviços associados
	1.e) Valorização de tecnologias avançadas e/ou emergentes nos processos, produtos e sistemas eco inovadores de maior valor acrescentado Promoção da incorporação de tecnologias avançadas e/ou emergentes (TICE – tecnologias de informação, comunicação e eletrónica, micro e nanotecnologias, micro e nano materiais ou outros aditivos funcionais) que capitalizem maior valor acrescentado nos processos e produtos industriais Cruzamento de experiências entre diferentes cadeias de valor, da inovação ao empreendedorismo, dos modelos de negócio aos serviços de apoio e logística
2. Valorização de recursos endógenos naturais	2.a) Conservação e sustentabilidade dos recursos endógenos naturais Promoção de projetos para o conhecimento e valorização dos serviços dos ecossistemas (de suporte, de regulação, de produção e culturais), incluindo as formas de valorização constituintes do bem-estar (nomeadamente por via da segurança, de matérias-primas e bens essenciais, de saúde e de relações sociais) Desenvolvimento de projetos para o conhecimento, focados na interação entre os ecossistemas e o Homem, promovendo e valorizando equilíbrios positivos, ou, em casos de desequilíbrios negativos e degradação, promoção de projetos e metodologias inovadoras para a devida restauração, reabilitação e reconversão Promoção de projetos que contribuam para o conhecimento, a conservação, a proteção, a valorização e a sustentabilidade da biodiversidade em todo o território, privilegiando as espécies autóctones e os recursos genéticos endógenos – animais, plantas e micro-organismos Promoção de projetos de avaliação do ciclo de vida, sustentabilidade e valorização dos recursos naturais endógenos: recursos geológicos (tais como águas minerais naturais, fontes termais, minerais, etc.), energéticos, hídricos, marinhos, genéticos, agrícolas e florestais, entre outros Promoção de projetos para a prevenção, a avaliação do risco, a mitigação e o controlo de pragas e doenças nos setores agroalimentar e agroflorestal Promoção de projetos com vista à valorização e sustentabilidade do património natural e paisagístico da região
	2.b) Monitorização e gestão integrada dos recursos endógenos naturais Promoção de projetos para a implementação de sistemas locais e remotos de mapeamento, inventariação e monitorização dos recursos endógenos naturais, <i>lato sensu</i> (tais como os recursos geológicos, energéticos, hídricos, marinhos, genéticos, agrícolas e florestais, entre outros) Dinamização de projetos que promovam o desenvolvimento de tecnologias e produtos de suporte à monitorização e à gestão integrada dos ecossistemas marinhos, agrícolas e florestais (incluindo, entre outras, as fileiras das pescas, frutícola, vitivinícola, olivícola, etc.)

Plataformas de Inovação	Linhas de ação
	<p>Dinamização de projetos que promovam a especialização inteligente, aliando as TICE e as atividades de exploração dos recursos naturais endógenos, tais como atividades marítimas (<i>Smart Coast</i>), agrícolas (<i>SmartFarm</i>), etc.</p> <p>Promoção de projetos de monitorização do território e gestão integrada do risco (alterações climáticas, secas e cheias, contaminação de águas subterrâneas e aquíferos de águas minerais naturais, incêndios, erosão genética, espécies invasoras, pragas e doenças, dinâmicas da orla costeira, eventos extremos, etc.)</p> <p>Promoção de projetos para a caracterização biológica, físico-química e sensorial de produtos naturais e agroalimentares, incluindo as cultivares tradicionais com potencial de inovação</p>
	<p>2.c) Desenvolvimento de produtos, processos e serviços com vista à dinamização das cadeias de valor associadas aos recursos endógenos naturais</p> <p>Promoção de projetos conducentes à implementação do conceito de bio refinaria integrada nas indústrias florestais e agroalimentares</p> <p>Promoção de projetos de investigação e desenvolvimento tecnológico na área das energias renováveis (biomassa, solar, marinha, hidroelétrica e geotérmica)</p> <p>Promoção de projetos de valorização de produtos e subprodutos florestais, agroalimentares, da pesca e da aquacultura, e de prospeção de compostos e produtos bioativos para a saúde e bem-estar</p> <p>Promoção de projetos de desenvolvimento e aplicação de tecnologias inovadoras e de precisão nos setores agroalimentar, florestal e da pesca, melhorando a qualidade e a segurança alimentar e criando novos produtos de valor acrescentado</p> <p>Dinamização de projetos de aquicultura sustentável em ambiente costeiro e de aquicultura em águas interiores como suporte à valorização ecológica e produtiva dos ecossistemas, que potenciem o setor emergente da “biotecnologia azul”</p> <p>Promoção de projetos com vista ao desenvolvimento de tecnologias sustentáveis de recuperação e valorização de águas residuais e efluentes resultantes da atividade económica</p> <p>Promoção de projetos de valorização dos recursos geológicos da região, em especial na aplicação de novas tecnologias para a deteção e exploração de jazigos profundos (mar e terra) e jazigos metálicos de baixa concentração</p> <p>Desenvolvimento, certificação e promoção de produtos e serviços com elevado potencial para novos mercados</p> <p>Promoção de projetos de desenvolvimento de produtos, serviços e tecnologias de suporte à logística e cadeias de distribuição mais eficientes e seguras, incluindo a valorização de processos de produção e práticas de comercialização e <i>marketing</i></p> <p>Promoção de projetos com vista à melhoria da eficiência do uso dos recursos nas cadeias de valor</p>
3. Tecnologias para a qualidade de vida	<p>3.a) Desenvolvimento de ações e sistemas inovadores de prevenção em saúde</p> <p>Estímulo ao aparecimento de produtos e de serviços que contribuam para promoção e a manutenção da saúde</p> <p>Promoção de tecnologias para a gestão e monitorização à distância e tecnologias que incentivem comportamentos saudáveis tirando partido, por exemplo, da utilização de “<i>serious games</i>”, realidade virtual ou “internet das coisas”</p> <p>3.b) Desenvolvimento de ações e sistemas inovadores que facilitem o diagnóstico precoce em saúde</p> <p>Promoção da identificação e/ou validação de bio marcadores, plataformas de integração de dados em saúde, monitorização remota, ambientes preditivos, medicina de precisão, medicina personalizada e avaliação de predisposição à doença</p> <p>3.c) Desenvolvimento de novos tratamentos e terapias (e.g. celular, genética, biológica, farmacológica, regenerativa, entre outras)</p> <p>Promoção de plataformas de investigação, pré-clínica, clínica e ensaios clínicos</p> <p>Promoção da participação em redes de investigação translacional</p> <p>Desenvolvimento e validação de novas terapias, incluindo terapias de precisão (e.g. farmacológicas, génicas e celulares), novos materiais (e.g. biomateriais) e de dispositivos médicos</p> <p>3.d) Desenvolvimento de ações e sistemas inovadores que promovam o envelhecimento ativo e saudável, indutores de uma vida autónoma (<i>independent living</i>), que cruzem as diferentes redes de cuidado (cuidados de saúde e apoio social)</p>

Plataformas de Inovação	Linhas de ação
	<p>Promoção de tecnologias de apoio e monitorização com impacto no processo de envelhecimento (preventiva, terapêutica, ocupacional e social)</p> <p>Desenvolvimento de serviços de valor acrescentado na região (como <i>early adopters</i>), que facilite a inclusão dos mesmos produtos e serviços em cadeias de valor internacionais</p> <p>3.e) Adoção de plataformas de promoção à interoperabilidade entre sistemas, potenciadoras de soluções centradas no cidadão</p> <p>Incorporação de conceitos tecnológicos avançados que promovam a integração entre cuidados de saúde, apoio social e bem-estar (<i>well-being</i>), contribuindo para o aparecimento de soluções digitais centradas no cidadão</p> <p>3.f) Promoção de ações que permitam reforçar a aposta no Turismo de Saúde e Bem-Estar</p> <p>Cooperação intersectorial no turismo de saúde e bem-estar, investigação, inovação e formação</p>
4. Inovação territorial	<p>4.a) Promoção e dinamização de projetos de inovação ancorados no território</p> <p>Desenvolvimento de sistemas e tecnologias de informação que promovam oportunidades e recursos e minimizem riscos de segurança (e.g. cibersegurança)</p> <p>Desenvolvimento da Economia Criativa</p> <p>Desenvolvimento de projetos inovadores na área da Economia da Natureza, da Economia Verde e de Baixo Carbono</p> <p>Desenvolvimento de projetos que promovam sistemas de alimentação saudável</p> <p>Valorização e inovação nas fileiras produtivas rurais (promovendo cadeias curtas de comercialização)</p> <p>Promoção de projetos que assegurem a acessibilidade a bens e serviços e a melhoria da qualidade de vida, em especial nos territórios de baixa densidade</p> <p>Promoção de cidades sustentáveis, criativas e inteligentes</p> <p>Desenvolvimento de redes e de sistemas inteligentes (por exemplo, energia, água, comunicações e mobilidade, designadamente em formato <i>open data</i>)</p> <p>Promoção de projetos que visem a revitalização do património cultural (construído ou imaterial)</p> <p>Desenvolvimento de soluções inovadoras no <i>habitat</i> que respondam às necessidades e tendências sociodemográficas (envelhecimento ativo, autonomia da população idosa, espaços evolutivos consoante as necessidades, dificuldades motoras, etc.)</p> <p>Promoção de novos modelos de participação no desenvolvimento das cidades (<i>city making</i>) e na governação do território</p> <p>Desenvolvimento de projetos de prototipagem de novas soluções e serviços que promovam a relação entre o espaço rural e o espaço urbano</p> <p>4.b) Promoção de iniciativas de inovação social</p> <p>Desenvolvimento de projetos que incidam, de forma inovadora, sobre as problemáticas da inclusão social, nomeadamente a pobreza (urbana e rural), o desemprego, a capacitação de jovens e a inclusão de públicos em situação de desvantagem</p> <p>Promoção de modelos pedagógicos inovadores e integradores de ensino/aprendizagem</p> <p>Desenvolvimento de soluções inovadoras que gerem novas formas de empregabilidade e autoemprego</p> <p>4.c) Desenvolvimento de propostas inovadoras para a qualificação do turismo da Região Centro</p> <p>Desenvolvimento de projetos turísticos diferenciadores e customizados e que contribuam para a sustentabilidade dos destinos</p> <p>Estruturação de pacotes turísticos combinados e/ou compósitos, incluindo produtos de fora da região</p> <p>Inserção de produtos regionais em pacotes turísticos de maior escala (nacional e mesmo internacional)</p> <p>Desenvolvimento de uma rede de alojamento turístico altamente inovadora</p> <p>Valorização dos ativos/recursos diferenciadores da região na estruturação de produtos turísticos também eles diferenciados (turismo rural de qualidade, termas e turismo de bem estar, turismo de percurso, turismo de experiências, turismo sustentável, turismo cultural, <i>surf</i>, ...)</p>

Anexo C - Critérios de seleção e metodologia de avaliação

Nº	Critérios de seleção	Ponderação
1	<p>Nível de sucesso escolar (taxa de conclusão) e qualidade das formações realizadas na instituição de ensino superior bem como taxas de prosseguimento de estudos e de empregabilidade.</p> <p>1.1. Taxa de conclusão de licenciaturas/1.º ciclo de estudos</p> <p>Bom: $\geq 70\%$ 5</p> <p>Médio: $\geq 65\%$ a $< 70\%$ 3</p> <p>Baixo: $< 65\%$ 1</p> <p>1.2. Nível de desemprego dos diplomados nos últimos 4 anos, tendo por base a média dos inscritos nos centros de emprego</p> <p>Bom: $< 8\%$ 5</p> <p>Médio: $\geq 8\%$ e $< 13\%$ 3</p> <p>Baixo: $\geq 13\%$ 1</p>	10%
2	<p>Relevância estratégica do curso e conformidade do mesmo com o projeto educativo da instituição e respetiva adequação às necessidades regionais e nacionais do mercado de trabalho, avaliada nomeadamente pelo número potencial de alunos, procura dos cursos e respetivas áreas de educação e formação</p> <p>Adequação da oferta às necessidades</p> <p>Bom: Mais de 80% das audições e informações recolhidas em sede de registo são favoráveis 5</p> <p>Médio: Entre 60% e 80% das audições e informações recolhidas em sede de registo são favoráveis 3</p> <p>Baixo: Menos 60% das audições e informações recolhidas em sede de registo são favoráveis 1</p>	15%
3	<p>Alinhamento com as prioridades regionais da Estratégia de Especialização Inteligente</p> <p>Muito Elevado: Mais de 70% dos cursos têm simultaneamento enquadramento em pelo menos dois domínios prioritários da Estratégia de Especialização Inteligente da Região do Centro e pelo menos duas Plataformas de Inovação 5</p> <p>Elevado: Mais de 50% dos cursos têm simultaneamento enquadramento em pelo menos dois domínios prioritários da Estratégia de Especialização Inteligente da Região do Centro e pelo menos uma Plataforma de Inovação 4</p> <p>Médio: Mais de 50% dos cursos têm apenas enquadramento em um dos domínios prioritários da Estratégia de Especialização Inteligente da Região do Centro ou uma Plataforma de Inovação 3</p>	15%
4	<p>Existência de mecanismos de acompanhamento durante e após a conclusão da formação, incluindo o prosseguimento de estudos na mesma área de formação e região, o apoio à inserção profissional e ao empreendedorismo dos diplomados</p> <p>4.1. Implementação de processos de monitorização e acompanhamento durante a formação e no período pós-formação, nomeadamente na perspetiva do apoio à inserção em empregadores</p> <p>Bom: Está demonstrada a implementação de processos de monitorização e acompanhamento durante a formação e no período pós-formação, tendo em vista a empregabilidade e/ou o prosseguimento de estudos, de forma sistemática e estruturada no tempo; 5</p> <p>Médio: Está demonstrada a implementação de processos de monitorização e acompanhamento durante a formação e no período pós-formação, tendo em vista a empregabilidade e/ou o prosseguimento de estudos, de forma pontual/não estruturada no tempo; 3</p> <p>Baixo: Não está demonstrada a implementação de processos de monitorização e acompanhamento durante a formação e no período pós-formação, tendo em vista a empregabilidade e/ou o prosseguimento de estudos. 1</p> <p>4.2. Implementação de medidas de apoio ao auto-emprego e empreendedorismo dos diplomados</p> <p>Bom: Está demonstrada a implementação de medidas de apoio ao autoemprego e ao empreendedorismo dos diplomados de forma sistemática e estruturada no tempo; 5</p> <p>Médio: Está demonstrada a implementação de medidas de apoio ao autoemprego e ao empreendedorismo dos diplomados de forma pontual/não estruturada no tempo; 3</p> <p>Baixo: Não estão demonstradas medidas de apoio nem ao autoemprego nem ao empreendedorismo dos diplomados. 1</p>	10%
5	<p>Grau de eficiência pedagógica e de gestão administrativo-financeira da entidade candidata</p> <p>5.1 Eficiência pedagógica da instituição de ensino superior</p> <p>Bom: existe um sistema interno de garantia da qualidade da instituição de ensino superior, de forma sistemática e estruturada no tempo; 5</p> <p>Médio: existe um sistema interno de garantia da qualidade da instituição de ensino superior, de forma pontual/não estruturada no tempo; 3</p> <p>Baixo: não existe um sistema interno de garantia da qualidade da instituição de ensino superior 1</p> <p>5.2 Eficiência de gestão administrativo-financeira da entidade candidata</p> <p>5.2.1. Peso das receitas próprias no orçamento global da instituição de ensino superior (últimos dois anos)</p> <p>Bom: $\geq 30\%$ 5</p> <p>Médio: Entre $\geq 20\%$ e $< 30\%$ 3</p> <p>Baixo: $< 20\%$ 1</p> <p>5.2.2. Peso dos custos com pessoal no orçamento global da instituição de ensino superior (últimos dois anos)</p> <p>Bom: $< 85\%$ 5</p> <p>Médio: Entre $\geq 85\%$ e $< 90\%$ 3</p> <p>Baixo: $\geq 90\%$ 1</p>	10%

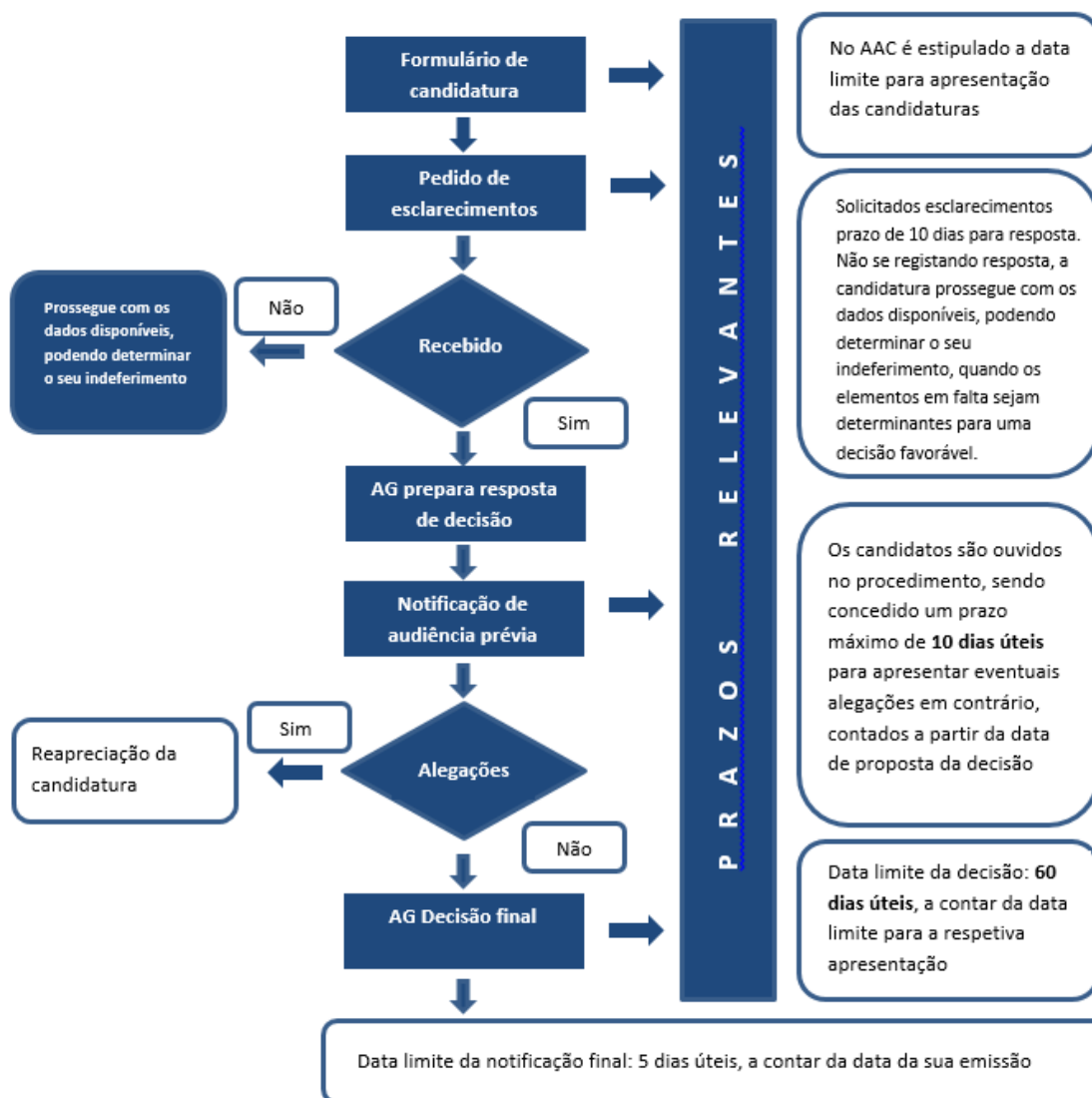
Nº	CrITÉrios de seleÇão	PonderaÇão
6	AdequaÇão do esforço de financiamento ao impacto esperado em resultado (compromisso)	20%
	6.1. Taxa de empregabilidade ou prosseguimento de estudos	
	Bom: >=65%	5
	Méio: >50% e <65%	4
7	Baixo: = 50%	3
	6.2. Taxa de compromisso de diplomados "no tempo próprio"	
	Bom: >=70%	5
	Méio: >60% e <70%	4
8	Baixo: = 60%	3
	Capacidade, qualidade e adequaÇão dos recursos humanos, infraestruturas educativas, equipamentos e recursos didáticos, nomeadamente a relevância da qualificaÇão do corpo docente que ministra as unidades curriculares do curso em causa	5%
	7.1. AdequaÇão dos docentes afetos à operaÇão	
	Bom: < 8% dos docentes leciona mais de 360 horas/ano	5
9	Méio: >=8% e <14% dos docentes leciona mais de 360 horas/ano	4
	Baixo: >=14% dos docentes leciona mais de 360 horas/ano	3
	7.2. Nível de utilizaÇão das infraestruturas educativas afetas aos cursos técnicos superiores profissionais	
	Bom: As instalaÇões afetas à ministraÇão dos cursos são adequadas, e são passíveis de ser globalmente utilizadas de forma não intensiva e possibilitam a criaÇão de um ambiente pedagógico próprio, exclusivo para os estudantes dos cursos em causa	5
10	Méio: As instalaÇões afetas à ministraÇão dos cursos são adequadas, e são passíveis de ser globalmente utilizadas de forma não intensiva ou possibilitam a criaÇão de um ambiente pedagógico próprio exclusivo para os estudantes dos cursos em causa	4
	Baixo: As instalaÇões afetas à ministraÇão dos cursos são adequadas, mas são utilizadas de forma intensiva e não possibilitam a criaÇão de um ambiente pedagógico próprio, exclusivo para os estudantes dos cursos em causa	3
	Qualidade e diversidade de parcerias ou protocolos com instituições, empresas ou outros agentes a nível regional ou nacional, potencialmente empregadores, com incidência na organizaÇão e desenvolvimento dos cursos e respetiva componente de formaÇão em contexto de trabalho	10%
	Bom: quando se verifique a existência de protocolos/parcerias, com prioridade para empresas ou associaÇões empresariais ou outras entidades relacionadas com a(s) área(s) de formaÇão do(s) curso(s), que, cumulativamente:	
11	a) incidam na organizaÇão e desenvolvimento do curso;	5
	b) demonstrem promover o emprego dos diplomados desse(s) curso(s);	
	c) incidam sobre a formaÇão em contexto de trabalho.	
	Méio: quando se verifique a existência de protocolos/parcerias, com prioridade para empresas ou associaÇões empresariais ou outras entidades relacionadas com a(s) área(s) de formaÇão do(s) curso(s), que, além de incidirem na formaÇão em contexto de trabalho:	4
12	a) incidam na organizaÇão e desenvolvimento do curso; ou	
	b) demonstrem promover o emprego dos diplomados desse(s) curso(s).	
	Baixo: quando se verifique a existência de protocolos/parcerias com instituições, empresas ou outros agentes a nível regional ou nacional, só com incidência na formaÇão em contexto de trabalho	3
	Existência de instrumentos que assegurem a igualdade de oportunidades e de género, em particular, no acesso ao ensino, à formaÇão e ao mercado de trabalho	5%
13	9.1. PromoÇão da não discriminaÇão e acessibilidade (igualdade de oportunidades).	
	A operaÇão contempla os seguintes elementos:	
	i) Na seleÇão dos destinatários privilegia o acesso de pessoas em situaÇão de maior vulnerabilidade, como as pessoas com deficiência ou outros grupos;	
	ii) Prevê apoios específicos durante e/ou após a operaÇão a grupos mais vulneráveis (por exemplo, em matéria de apoios pedagógicos durante a aÇão de formaÇão ou privilegiando aÇões de acompanhamento no pós operaÇão para pessoas em situaÇão mais vulnerável);	
14	iii) Disponibiliza informaÇão específica por tipo de público abrangido (p. ex. com deficiência ou incapacidade, pertencentes a minorias étnicas, praticantes de opÇões confectionais minoritárias ou de acordo com a sua orientaÇão sexual, etc., com a concordância dos próprios);	
	iv) Assegura condiÇões de acessibilidade a participantes e/ou dispositivos de comunicaÇão adaptados (p.ex. linguagem gestual, braille, etc.).	
	Bom: cumpre 3 ou mais dos requisitos;	5
	Méio: cumpre 2 dos requisitos referidos, incluindo obrigatoriamente o segundo ponto;	3
15	Baixo: cumpre 2 ou menos dos requisitos referidos.	1
	9.2. PromoÇão da igualdade de género	
	A operaÇão contempla os seguintes elementos:	
	i) Na seleÇão dos destinatários pondera o contributo para a promoÇão da igualdade de género (e.g em funÇão da maior incidência do abandono escolar precoce nos jovens do sexo masculino ou da sub-representaÇão de um dos sexos nas áreas de formaÇão e saídas profissionais);	
16	ii) Prevê apoios específicos durante e/ou após a operaÇão que promovem a igualdade de género (por exemplo, em matéria de serviços para acolhimento de crianÇas, de horários flexíveis e/ou mais compatíveis com as necessidades de conciliaÇão entre a vida pessoal e profissional, etc.);	
	iii) Disponibiliza informaÇão da operaÇão por sexo;	
	iv) Assegura a utilizaÇão de linguagem inclusiva, na perspetiva de que o masculino não representa ambos os sexos.	
	Bom: cumpre 3 ou mais dos requisitos;	5
17	Méio: cumpre 2 dos requisitos referidos, incluindo obrigatoriamente o segundo ponto;	3
	Baixo: cumpre 2 ou menos dos requisitos referidos.	1



Anexo D - Deliberação n.º 26/2018, de 18 de dezembro, da CIC Portugal 2020

https://www.adcoesao.pt/sites/default/files/portugal2020/metodologia_de_ocs_em_aplicacao/db26cic_custosunitarios_tesp.pdf

Anexo E - Diagrama sobre os procedimentos de análise e decisão das candidaturas



Notas:

¹ Os procedimentos de análise e decisão das candidaturas são os constantes do disposto nos artigos 17.º e 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

² Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, a decisão de aprovação caduca caso não seja assinado o termo de aceitação no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data de notificação da decisão, salvo motivo justificado, não imputável à entidade beneficiária e devidamente aceite pela autoridade de gestão.

³ A contagem dos prazos indicados é feita nos termos do disposto no artigo 87.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que aprovou em anexo o Código do Procedimento Administrativo.